

O PONTIFICADO DE FRANCISCO: ENTRE HISTÓRIA, HISTORICIDADE E HISTORIOGRAFIA

THE PONTIFICATE OF FRANCIS:
BETWEEN HISTORY, HISTORICITY AND
HISTORIOGRAPHY

Sérgio Ricardo Coutinho*

Síntese: Este texto analisa o pontificado de Francisco a partir de três dimensões interligadas: historicidade, história e historiografia. Enraizado na História da Igreja como campo interdisciplinar, propõe-se entender como o Papa articula tradição e contexto, retomando fontes do cristianismo e promovendo atualizações. Destacam-se sua sensibilidade aos sinais dos tempos, seu uso do passado como guia e a multiplicidade de narrativas que representam sua atuação. A análise oferece uma leitura crítica da presença de Francisco na história eclesial contemporânea.

Palavras-chave: Atualização eclesial; Sinais dos tempos; Tradição; Narrativa histórica.

Abstract: This paper examines Pope Francis' pontificate through three interconnected lenses: historicity, history, and historiography. Grounded in Church History as an interdisciplinary field, it explores how Francis engages with tradition while responding to historical contexts. His sensitivity to the signs of the times, emphasis on living tradition, and the various narratives about his papacy reveal a dynamic relationship between time, past, and narrative. The analysis provides a critical view of Francis' role in contemporary ecclesial history.

Keywords: Ecclesial renewal; Signs of the times; Tradition; Historical narrative.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), docente no Departamento de História das Faculdades Integradas UPIS (DF) e de História da Igreja no Instituto São Boaventura (DF). E-mail: scoutinho6483@gmail.com

Introdução

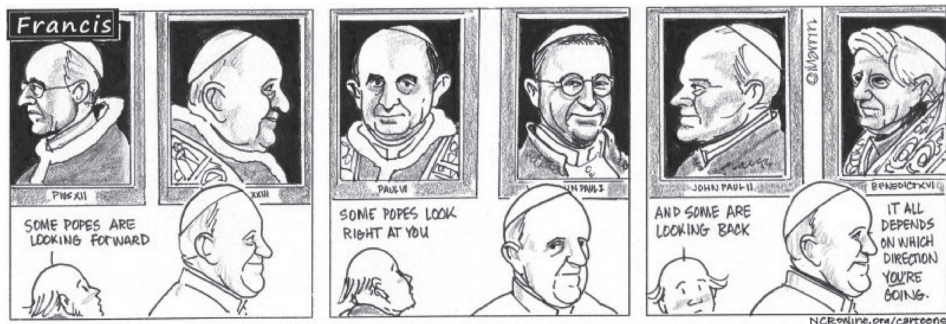
Desde sua eleição, em 2013, até seu falecimento, em 2025, o Papa Francisco despertou amplo interesse por parte de fiéis, estudiosos e observadores da realidade eclesial. Seu pontificado, marcado por gestos simbólicos, reformas pastorais e posicionamentos públicos contundentes, convidou-nos à reflexão sobre os rumos da Igreja no século XXI.

A ideia central deste artigo é abordar o pontificado de Francisco a partir da polissemia da palavra *história*. Pelo menos três sentidos podem ser dados à palavra: a) uma disciplina ou ciência, da qual se ocupam os historiadores; b) as ações humanas no tempo; e c) historiografia, em sentido restrito – a compreensão/explicação das ações humanas no tempo por meio de uma representação narrativa escrita.

Essa possibilidade de abordagem surgiu, já há alguns anos, quando encontrei uma tirinha cômica do cartunista Pat Marrin, intitulada “*Francis comic strip*”, publicada em 2015 pela revista católica estadunidense *National Catholic Reporter*. Nela, o cartunista procurou imaginar qual seria a “experiência do tempo” refletida pelo Papa Francisco para seu pontificado, em contraste com os pontificados anteriores do século XX, a partir da Segunda Guerra Mundial.

Através de uma sequência de retratos papais e de um diálogo leve, mas carregado de significado, a tirinha sugere como cada Papa se posicionou diante de seu tempo – olhando para o passado, para o presente ou para o futuro – e destacou, de forma simbólica, a direção para a qual Francisco desejava conduzir a Igreja.

Veja a tirinha abaixo:



A ilustração apresenta o Papa Francisco em diálogo com “Leo”, uma personagem criada pelo cartunista que faz clara alusão a Frei Leão

(figura próxima de São Francisco de Assis), em um corredor que parece ser o de uma galeria de retratos papais que antecederam Francisco, do Papa Pio XII até o Papa Bento XVI, com destaque para a direção de seus olhares. A conversa entre Francisco e Frei Leo reflete simbolicamente diferentes posturas frente ao tempo e à história da Igreja.

1º quadro: Frei Leo observa: “*Alguns papas estão olhando para frente*” (em tradução livre). As imagens de Pio XII (1939-1958) (olhando para a esquerda) e João XXIII (1958-1963) (olhando para a direita) ilustram essa fala. Abaixo, o Papa Francisco também olha para a direita, associando-se ao gesto de João XXIII, que simbolicamente apontava para o futuro, diferentemente de Pio XII que olha para o sentido inverso.

2º quadro: Frei Leo continua: “*Alguns papas olham direto para você*”. Os retratos de Paulo VI (1963-1978) e João Paulo I (1978) são mostrados encarando diretamente o observador, sugerindo uma postura de “indecisão” e/ou “incógnita” sobre o tempo.

3º quadro: Frei Leo conclui: “*E alguns estão olhando para trás*”. As imagens de João Paulo II (1978-2005) e Bento XVI (2005-2013) aparecem voltadas para a esquerda, numa sugestão de reverência ou retorno ao passado.

Por fim, o Papa Francisco responde com um leve sorriso: “*Tudo depende da direção para a qual você está indo*”. Sua fala reforça a ideia de que a interpretação do passado, presente ou futuro depende do propósito e da visão de quem caminha.

Deste modo, este texto propõe analisar essa trajetória a partir do olhar crítico de um historiador da Igreja – campo disciplinar que, situado na intersecção entre a *teologia* e a *história*, busca compreender o desenvolvimento histórico da Igreja em sua complexidade, considerando tanto a fidelidade à tradição quanto as transformações impostas pelos contextos históricos. A partir dessa abordagem, pretende-se explorar como o pontificado de Francisco se insere, dialoga e tensiona diferentes camadas da *história*, de forma geral, e da *história eclesial*, de modo específico, oferecendo pistas para pensar a relação entre tempo, tradição e narrativa.

Assim, o papado de Francisco será analisado sob três dimensões complementares: *historicidade*, *história* e *historiografia*.

A *historicidade* remete à consciência de que todo sujeito está condicionado por seu tempo. Manifesta-se na sensibilidade do Papa aos

sinais dos tempos, conceito herdado de João XXIII e em diálogo com a herança do Concílio Vaticano II, que expressa a consciência de que a Igreja está inserida em contextos históricos concretos e deve responder a eles. É nesse sentido que se articulam as noções de *refontização* (retorno crítico às fontes) e *aggiornamento* (atualização), ambos presentes em sua atuação: Francisco promove uma renovação da Igreja sem ruptura com sua origem.

No plano da *história* – compreendida não só como “as ações humanas no tempo”, mas também como uma disciplina ou ciência que estuda aquelas mesmas “ações humanas no tempo”, consideram-se as ações concretas realizadas por Francisco ao longo de seu pontificado, bem como sua compreensão do passado como fonte de sentido e orientação –, evidenciada, por exemplo, em sua valorização da tradição viva da Igreja e da própria importância dos estudos históricos.

Por fim, a *historiografia* diz respeito não aos fatos em si, mas às formas como eles são representados, narrados, interpretados e disputados. Nessa perspectiva, os historiadores analisam os discursos construídos sobre o Papa Francisco por diferentes atores – outros historiadores, teólogos, intelectuais, jornalistas, membros de movimentos eclesiais etc. – e problematizam os usos do passado e os sentidos atribuídos a ele.

Assim, ao conjugar essas três dimensões, a análise histórica permite ir além do relato factual, oferecendo uma leitura crítica da atuação de Francisco para refletir sobre a dinâmica entre *tempo histórico* (a historicidade), *passado* (os acontecimentos e seus estudos) e *produção de narrativas* (historiografia) e de seu lugar na história da Igreja.

A “experiência do tempo” em Francisco

A *historicidade* é o nome que se dá à condição de estarmos sempre situados em um tempo e em uma tradição. Ela é a marca de que somos seres que não vivem “fora da história”, mas somos moldados por ela.

Para Paul Ricoeur (1913-2005), a historicidade é inseparável da linguagem e da interpretação. Para o filósofo francês, o ser humano está enraizado em uma *condição histórica*, isto é, vive e compreende o mundo a partir de uma posição situada no tempo (Ricoeur, 2017).

A historicidade não é sinônimo de fato histórico isolado, mas sim de um modo de ser, uma forma como o ser humano está no mundo.

Essa dimensão não é redutível ao passado, pois está constantemente se atualizando na interpretação dos eventos e na reformulação do presente. A historicidade é aquilo que nos liga ao tempo em termos de significação: ela é mediada pela memória, pela expectativa e pela reconstrução narrativa.

O Papa Francisco, em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (A Alegria do Evangelho), surpreendeu muitos ao apresentar quatro princípios fundamentais para promover o bem comum e a paz social. No entanto, esses princípios foram, por vezes, vistos como misteriosos ou até distantes das perspectivas teológicas e bíblicas tradicionais. Os quatro princípios são: a) o tempo é superior ao espaço; b) a unidade prevalece sobre o conflito; c) a realidade é mais importante do que a ideia; e d) o todo é superior à parte.

Esses princípios não são apenas conceitos desconectados, mas são apresentados por Francisco como *dualidades dinâmicas* — cada par de termos (tempo/espaço, unidade/conflito, realidade/ideia, todo/parte) carrega uma tensão que se reflete no agir pastoral e social da Igreja. Mais do que uma simples enumeração de opostos, esses pares representam uma *hierarquia de valores* que orientam a ação e a reflexão em contextos concretos. O Papa os apresenta não apenas como ideias filosóficas, mas como diretrizes para uma ação transformadora na sociedade, sempre voltada para a construção de uma comunidade mais justa e fraterna.

Francisco enfatiza que esses princípios devem ser aplicados de forma concreta, em diálogo com as realidades sociais, e não como fórmulas abstratas ou ideais isolados. Cada princípio carrega a força de uma *polaridade ativa*, capaz de gerar transformação quando vivida no dia a dia da Igreja e da sociedade.

Para nossos objetivos aqui, queremos captar melhor o primeiro princípio, pois ele nos revela o modo como Francisco compreende o “tempo” e como o “experimenta” em sua prática.

Como diz n’*A Alegria do Evangelho*:

Há uma tensão bipolar entre a plenitude e o limite, [...] tensão entre a conjuntura do momento e a luz do tempo [...]: o tempo é superior ao espaço. Este princípio permite trabalhar a longo prazo, sem obsessão por resultados imediatos. [...] assumir a tensão entre plenitude e limite, outorgando prioridade ao tempo. [...] Dar prioridade ao tempo é ocupar-se com *iniciar processos, mais do que com possuir espaços*. [...] O tempo rege os

espaços, os ilumina e os transforma em elos de uma corrente em constante crescimento, sem caminhos de retorno (EG, n. 222-223).

Segundo o filósofo Álvaro Pimentel, este primeiro princípio de Francisco, que trata da intuição do tempo, fundamenta os demais princípios. O debate e a distinção entre o tempo real e qualitativo e o tempo abstrato e quantificável já foram explorados por décadas. Uma das influências desse pensamento é o texto *A Polaridade* (1925) do teólogo alemão Romano Guardini (1885-1968), que inspirou o magistério de Francisco sobre a evangelização. Guardini foi influenciado por filósofos como Georg Simmel, Henri Bergson, Edmund Husserl e Martin Heidegger, cujas ideias sobre a filosofia da vida e a duração foram centrais em seu trabalho. O pensamento de Francisco reflete essas influências filosóficas e teológicas, mostrando o longo caminho de busca por compreensão e ação que ele percorreu, tanto como padre jesuíta quanto como bispo de Buenos Aires, antes de sua eleição como Papa.

A temporalidade do princípio abordado por Francisco vai além da simples contagem de horas, meses ou anos. Viver temporalmente, para ele, é mais do que medir o tempo; é fazer parte de processos dinâmicos, criar soluções e participar da contínua renovação da realidade. Essa visão reconhece que nossas ações se inserem em fluxos formados por forças múltiplas, interativas e em constante transformação, criando novidades significativas. Em vez de reduzir a diversidade a uma unidade estática, essa abordagem integra as diferenças em um processo dinâmico e em constante evolução.

Assim, a prioridade dada ao tempo não busca uma transformação instantânea e total das pessoas e sociedades, mas aponta para caminhos históricos consistentes, que conduzem a um futuro mais pleno, com novas possibilidades políticas, econômicas, sociais e culturais. Essa perspectiva não é *utópica*, pois está enraizada em processos concretos, que estão em andamento na atualidade, desafiando-nos a nos envolver e a seguir seus fluxos (Pimentel, 2022, p. 692-693).

A nosso ver, este princípio estava muito presente no desejo de Francisco de retomar o *aggiornamento* e a *refontização* trazidos à tona pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), bem como de colocar-se em continuidade com a intuição do Papa João XXIII acerca da percepção dos “sinais dos tempos”.

Desde abril de 2013, em uma de suas primeiras homilias matinais na Capela de Santa Marta – espaço que logo se tornaria privilegiado

para a expressão de suas convicções pessoais –, Bergoglio já alertava que um dos desafios enfrentados pela Igreja atual era a forte resistência ao Concílio Vaticano II.

Essa resistência, segundo ele, não se limitava a grupos que desejavam explicitamente um retorno ao período pré-conciliar, mas incluía também setores que, embora aceitassem formalmente o Concílio, o tratavam como um monumento imobilizado, utilizado como pretexto para evitar qualquer renovação eclesial.

Na *Evangelii gaudium*, ao recordar explicitamente a alocução de outubro de 1962 em que João XXIII rejeitava os “profetas da desgraça” e expressava confiança na renovação da presença da Igreja no mundo moderno, Francisco ressaltou que, passados, na época, cinquenta anos do Concílio Vaticano II, era necessário encarar com realismo o que se sucedeu no período pós-conciliar. Tal postura, no entanto, não deveria excluir a confiança na ação do Espírito Santo, mas sim evitar que ela se transformasse em um otimismo ingênuo.

Além das diferentes formas de oposição ao Concílio Vaticano II – seja pela rejeição frontal de suas diretrizes, seja pela relativização que o esvaziava de sua força transformadora –, Francisco identificava um desafio ainda mais profundo e persistente: a dificuldade de implementar plenamente o *aggiornamento* eclesial. Embora avanços significativos tenham sido alcançados, como a reforma litúrgica (cf. moto próprio *Magnum Principium*, 2017) e a ampliação do diálogo ecumênico, a recepção conciliar permaneceu, em muitos aspectos, incompleta e restrita em sua abrangência.

Em diferentes momentos de seu pontificado, Francisco reiterou que a fidelidade ao Concílio exigia uma adesão renovada a certos eixos fundamentais que ainda aguardavam plena concretização na vida da Igreja: a colegialidade e a sinodalidade no exercício do governo eclesial; a valorização efetiva das Igrejas particulares; o protagonismo dos batizados na missão da Igreja; o compromisso ecumênico e inter-religioso; a misericórdia e a proximidade como princípios pastorais centrais; a liberdade religiosa vivida em sua amplitude pastoral, coletiva e institucional; uma compreensão da laicidade aberta e construtiva; e uma colaboração respeitosa entre a Igreja e a sociedade civil. Esses elementos, para Francisco, não constituíam apenas complementos acidentais ao Concílio, mas expressões diretas do que ainda precisava ser plenamente assumido e encarnado em fidelidade a seu espírito (Repole, 2017, p. 16).

Dando continuidade à crítica à implementação parcial do *aggiornamento* conciliar, Francisco apontava a *sinodalidade* como um dos caminhos centrais ainda em construção. Em diversos discursos, ele vinha insistindo que a sinodalidade não era apenas uma estratégia pastoral contemporânea, mas a expressão de uma realidade eclesial que remontava às origens do Cristianismo. Nesse sentido, sua proposta representava um movimento de *refontização* – isto é, de retorno às fontes da fé, onde a comunhão e a corresponsabilidade entre todos os membros do povo de Deus eram vividas com naturalidade e vigor.

De fato, a confiança de Francisco na capacidade de o Evangelho conduzir a Igreja o colocava, por vezes, desafiando sua dimensão normativa. O Direito Canônico, o Catecismo e a tradição católica foram lidos à luz de uma compreensão de toda a tradição teológica e magisterial católica que derivava do Vaticano II.

Em Francisco, *ressourcement* não era apenas uma atenção renovada às fontes do Cristianismo antigo e medieval, mas também ao Evangelho de Jesus Cristo. Isso tinha consequências críticas para seu uso e compreensão da dimensão normativa da Igreja. Esse movimento deve ser visto em conjunto com a mudança meta-doutrinal de Francisco, a primazia da pastoralidade sobre a dimensão estritamente canônica.

Ao apresentar a sinodalidade como o “caminho que Deus espera da Igreja para o terceiro milênio”, Francisco não estava propondo uma ruptura com a tradição, mas sim retomando de modo renovado (*aggiornando*) uma prática presente desde os primeiros séculos, quando a Igreja se reunia para discernir, escutar e decidir coletivamente à luz do Espírito. Essa perspectiva ganhou densidade teológica quando o Papa a relacionava com a *infalibilidade in credendo*, atribuída não apenas à hierarquia, mas a todo o povo de Deus: uma ideia presente na *Lumen gentium* e ainda insuficientemente acolhida na vida e na estrutura eclesial.

A sinodalidade, portanto, era vista como uma construção em curso (“o tempo é superior ao espaço”), que requereria prudente experimentação e compromisso com a participação efetiva de todos os fiéis. Trata-se de reconfigurar a comunhão eclesial não como submissão passiva, mas como corresponsabilidade ativa na missão da Igreja. Ao resgatar essa dimensão esquecida da tradição cristã, Francisco reforçava seu esforço de levar adiante o Concílio Vaticano II, não apenas como memória, mas como processo vivo.

O mundo, em que vivemos e que somos chamados a amar e servir mesmo nas suas contradições, exige da Igreja o reforço das sinergias em todas as áreas da sua missão. O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio. [...] A sinodalidade, como dimensão constitutiva da Igreja, oferece-nos o quadro interpretativo mais apropriado para compreender o próprio ministério hierárquico. Se compreendermos que, como diz São João Crisóstomo, “Igreja e Sínodo são sinônimos”, – pois a Igreja nada mais é do que este “caminhar juntos” do Rebanho de Deus pelas sendas da história ao encontro de Cristo Senhor –, entenderemos também que dentro dela ninguém pode ser “elevado” acima dos outros. Pelo contrário, na Igreja, é necessário que alguém “se abaixe” pondo-se ao serviço dos irmãos ao longo do caminho (Francisco, 2015).

A conciliaridade de Francisco se manifestava em uma abordagem profundamente enraizada na percepção do tempo também como “lugar teológico”. Essa abordagem remonta a uma das intuições mais fecundas do Concílio Vaticano II: a atenção aos *sinais dos tempos*, expressão cunhada com força profética por João XXIII e central na sua última Encíclica, *Pacem in terris* (1962). Para o Papa Roncalli, os sinais dos tempos não eram apenas dados sociológicos, mas acontecimentos históricos que interpelavam a Igreja e diante dos quais ela deveria adotar uma postura de escuta e discernimento. As transformações nas condições dos trabalhadores, o protagonismo crescente das mulheres e a luta dos povos pela autodeterminação são, para João XXIII, experiências concretas do mundo moderno que ensinam algo essencial ao Evangelho – pois o Espírito fala também por meio da história.

Francisco se inseria plenamente nessa tradição e a atualizava a partir de sua própria experiência histórica, marcada pela realidade latino-americana, onde os desafios sociais e políticos emergiam não do socialismo de Estado, mas de um capitalismo autoritário e excludente.

É nesse horizonte que se articulam os conceitos de *aggiornamento* e *refontização*. O *aggiornamento*, pensado como o esforço de atualização evangélica empreendido pelo Concílio, é retomado por Francisco não apenas como uma tarefa inacabada, mas como parte de um processo mais profundo de *refontização* – ou seja, um retorno criativo às fontes do Cristianismo, à fé vivida nas comunidades apostólicas, onde a sinodalidade, a escuta mútua e o discernimento conjunto eram práticas reais e concretas.

Para Francisco, portanto, ler os sinais dos tempos implicava mais do que uma análise conjuntural: significava reencontrar, nos acontecimentos históricos, os apelos do Espírito que convocam a Igreja a uma fidelidade dinâmica ao Evangelho. Essa leitura é inseparável de sua proposta de uma Igreja sinodal, em que todo o povo de Deus participa da escuta, do discernimento e da decisão – o que ele vê como uma consequência direta da *infalibilidade in credendo*, isto é, da certeza de que o Espírito Santo habita o *sensus fidei* do povo fiel.

Ao contrário das interpretações que reduziram os sinais dos tempos a riscos ideológicos – como ocorreu sob os pontificados de João Paulo II e, em parte, de Bento XVI, temerosos de aproximações com perspectivas marxistas –, Francisco reabilita o conceito com coragem teológica e sensibilidade pastoral. Ele não apenas recupera a linguagem, mas oferece critérios objetivos para essa leitura, fundada em uma teologia do povo, em uma eclesiologia da escuta e em uma espiritualidade do discernimento histórico (Ottaviani; Amaral, 2024, p. 16).

Assim, *aggiornamento*, *refontização* e *sinais dos tempos* deixaram de ser conceitos isolados e passaram a compor, no magistério de Francisco, um mesmo movimento: o de uma Igreja historicamente situada, consciente de sua *historicidade*, e aberta à ação de Deus no tempo presente – uma Igreja que não teme o novo, porque sabe que a fidelidade à tradição se realiza no encontro com o hoje de Deus. “O tempo é superior ao espaço”.

O Papa Francisco e a história

Retomando a tirinha cômica de Pat Marrin, seu conteúdo reforçava também, a nosso ver, a tese defendida pelo historiador italiano Daniele Menozzi, de que o Papa Francisco avançou numa proposta de reforma eclesial que partia de uma consciência precisa: estava “irremediavelmente superado o projeto de retorno a um regime de Cristandade, anteriormente perseguido, ainda que de formas diferentes, pela autoridade eclesiástica” (Menozzi, 2023, p. 15).

O desejo de um “retorno a um regime de Cristandade” vinha de longa data.

De fato, desde a “Era das Revoluções” (Hobsbawn), a importância do Catolicismo, de uma forma geral, e da Igreja Católica, de forma específica, na sociedade europeia foi perdendo força e relevância, dando início ao que os especialistas chamam de “processo de secularização”.

Com isso, a posição católica partia do pressuposto de que, com a secularização, o evoluir histórico da humanidade, perdendo seu ponto central de referência na Igreja, “avançava à deriva, num processo que iria se precipitar no abismo do desastre social”.

Daí se impunha uma consequência: o retorno, a reconstrução, a exigência de uma restauração do primado religioso na história, que se traduzia no projeto de uma “civilização cristã” com a reivindicação de um poder eclesiástico sobre a sociedade. Ainda hoje, muitos setores do mundo católico se baseiam no pressuposto dos líderes da reação contrarrevolucionária: não há verdadeira civilização nem autêntica convivência humana fora da Cristandade, fora de uma sociedade onde a Igreja dite as regras e os valores do viver social (Menozzi, 1998, p. 8-9, 14-15).

Nesse contexto histórico, a resposta católica passou a oscilar entre dois polos: de um lado, como dissemos, o desejo de restauração de uma Cristandade, e por outro, a busca por um novo diálogo com o mundo moderno. O Concílio Vaticano II (1962-1965) representou um esforço neste segundo sentido, propondo uma renovação pastoral que permitisse à Igreja reencontrar sua eficácia apostólica, não mais por meio da imposição de seu primado social, mas através de um anúncio dialogal do Evangelho aos homens e mulheres de hoje.

Essa nova abordagem implicava o reconhecimento da legítima autonomia das realidades terrenas – como expressa na *Gaudium et Spes* –, marcando um afastamento do projeto de uma civilização estritamente cristã.

Francisco não via a Igreja como separada de um mundo pecador – “a Igreja como uma ilha de graça em um mundo entregue ao pecado”, nas palavras de Avery Dulles¹ –, mas percebe profundamente os “sinais dos tempos” (Marie-Dominique Chenu),² a historicidade da Igreja (Yves Congar)³ e sua identidade como uma “Igreja mundial” (*Weltkirche*, de Karl Rahner).⁴

1. Avery Robert Dulles (1918-2008) foi professor da Universidade Fordham, escritor, teólogo, padre da Companhia de Jesus e cardeal estadunidense. Foi um raro caso de criação de cardeal que não foi ordenado bispo nem arcebispo da Igreja Católica. Foi feito cardeal pelo Papa João Paulo II, em 21 de fevereiro de 2001.

2. Marie-Dominique Chenu (1895-1990), teólogo dominicano francês com grande influência no Concílio Vaticano II.

3. Yves-Marie-Joseph Congar (1904-1995), teólogo dominicano e Cardeal francês. É considerado um dos maiores eclesiólogos do século XX, que abriu a eclesiologia católica ao ecumenismo.

4. Karl Josef Erich Rahner (1904-1984) foi padre jesuíta de origem germânica e um dos mais influentes teólogos do século XX. Influenciado por Erich Przywara e Joseph Maréchal e estimulado por seus estudos com Martin Heidegger, Rahner tentou uma síntese da tradição teológica com o pensamento contemporâneo.

Desde o início de seu pontificado, o Papa Francisco evidenciou uma forte adesão ao espírito do Concílio Vaticano II, apresentando-o como fundamento de sua proposta de renovação eclesial. Para além de declarações simbólicas – como a afirmação de que “o Concílio deve ser mais feito do que falado”, dirigida a um de seus primeiros entrevistadores –, essa orientação conciliar se manifestou de modo claro, como dissemos anteriormente, na Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*.

Nesse texto, Francisco retomou de forma significativa o sexto capítulo do Decreto conciliar *Unitatis redintegratio*, ao sustentar que a Igreja, enquanto realidade histórica e peregrina, carrega em si imperfeições e fragilidades, e, por isso mesmo, é chamada a uma constante reforma para se configurar ao rosto de Cristo. Trata-se, portanto, de uma rejeição das propostas restauracionistas de uma Cristandade pré(anti)-moderna, e de uma reafirmação do caminho conciliar, que reconhece a autonomia do mundo moderno sem abdicar da missão evangelizadora da Igreja. Ao ancorar sua ação pastoral no Vaticano II, Francisco contrapôs-se à lógica dos grupos reacionários e reafirmou o compromisso com uma Igreja em saída, aberta ao diálogo com as transformações do tempo presente.

Para isso, um dos seus primeiros desafios foi o de reformar o “aparelho burocrático central” (Max Weber) da Igreja: a Cúria Romana.

Os esforços de Francisco para reformar a Cúria diferiram significativamente dos de seus predecessores. Ele não procurou alcançar a reforma por meio de “Constituições Apostólicas” como as de Paulo VI (em 1967) e João Paulo II (em 1988), por exemplo, nem imitou a tentativa de Bento XVI de fortalecer a autoridade de Roma na Igreja Católica global. Em contraste, Francisco buscou orientação para a reforma junto àqueles de fora da Cúria. Por isso, estabeleceu, em 2013, um Conselho de Cardeais que incluía apenas um membro da Cúria e várias pessoas conhecidas por serem críticas em relação ao modo como o Vaticano funcionava.

Esse tipo de procedimento foi um aspecto típico do pontificado de Francisco, juntamente com os impulsos em direção à descentralização do catolicismo – um movimento que deve ser considerado inicial, aberto e possivelmente sujeito a reversão com o atual Papa Leão XIV.

Estava claro que Francisco reconhecia a necessidade de um novo tipo de papel para Roma no século XXI (parte da solução da “questão romana” após o fim dos Estados Pontifícios), junto com uma nova consciência tanto da Igreja Católica local quanto da global.

A mudança mais notável nesse enquadramento foi a forma como ele falou sobre a relação entre Europa, Igreja Católica e Cristianismo. Ele não via a conexão essencial entre o destino do Cristianismo na Europa e o futuro da Igreja Católica, como sustentavam João Paulo II e, especialmente, Bento XVI.

Em vez disso, Francisco acreditava que o paradigma greco-latino deveria ter um papel adequado, mas não exclusivo, numa Igreja que buscava uma catolicidade verdadeiramente universal. Não só porque a apropriação desse paradigma greco-latino pelo catolicismo da Europa Ocidental e da América do Norte era (e é) questionável – especialmente se entendida como uma apropriação excludente de outros cânones culturais e linguísticos dentro do catolicismo global –, mas também porque a inclusividade deveria ser bem-vinda e não temida.

Francisco, portanto, desenvolveu a questão do eurocentrismo de forma bastante diferente da abordagem de Bento XVI em sua famosa palestra em Regensburg, em 12 de setembro de 2006, na qual Bento destacou a “aproximação interna entre a fé bíblica e a entidade filosófica grega”, chegando mesmo a apoiar a ideia de que “a herança grega criticamente purificada forma parte integrante da fé cristã”.⁵

Além disso, o pontificado dele foi o primeiro a testemunhar uma crise clara da globalização. O *Brexit* e a eleição de Donald Trump em 2016 conferiram ao pontificado um papel diferente daquele, por exemplo, da luta de João Paulo II contra o comunismo ou das responsabilidades de Bento XVI em um mundo pós-11 de setembro.

A questão que se colocou foi a da relação entre a Igreja pós-Vaticano II e a globalização do catolicismo no contexto da história global. A explosão da crise de abusos sexuais na Igreja como um problema mundial também é parte integrante da narrativa sobre a globalização do catolicismo e parte fundamental da história do pontificado de Francisco.

A aplicação de uma estrutura histórica global ao seu pontificado foi necessária não apenas a partir de uma perspectiva católica interna sobre a globalização, considerando o impacto de enormes mudanças

5. Em 12 de setembro de 2006, o Papa Bento XVI proferiu uma palestra na Universidade de Regensburg, na Alemanha, intitulada: “Fé, Razão e a Universidade: Memórias e Reflexões”. O discurso abordou a relação entre fé e razão, a história da teologia e a importância do diálogo inter-religioso, especialmente com o Islã. O discurso gerou controvérsia, especialmente devido a uma passagem que citava um imperador bizantino criticando a violência no Islã.

científicas, culturais e éticas (por exemplo, o surgimento da biopolítica) na diferenciação entre o mundo ocidental e o chamado sul global. Ela também foi necessária a partir da perspectiva da relação Igreja-mundo; o que era típico do vínculo entre teologia conciliar e momentos histórico-políticos do passado (o fim dos impérios coloniais e a descolonização, a des-europeização do catolicismo, a Guerra Fria) precisava ser reconsiderado em uma situação profundamente transformada.

A transição de um mundo ocidental inspirado pela eleição de Barack Obama em 2008 para a era polarizada após a eleição de Donald Trump em 2016 foi um fator-chave e que deve ser considerado numa compreensão teológico-política global de seu pontificado e de sua recepção.

Estes “eventos” históricos e sua postura em relação ao passado da Igreja se desdobraram também numa reflexão sobre a história enquanto campo disciplinar, especialmente sobre o estudo da história da Igreja.

Em uma carta de 21 de novembro de 2024, Francisco ampliou esse espírito conciliar ao sublinhar a importância da “sensibilidade histórica” na formação de sacerdotes e agentes pastorais. Ele afirmou que aprofundar o conhecimento dos eventos dos 20 séculos de Cristianismo era fundamental, mas frisava ainda mais a necessidade de criar laços vivos com as gerações passadas: pois “ninguém pode conhecer verdadeiramente quem é ou o que pretende ser amanhã sem nutrir o vínculo que o liga às gerações precedentes”.

Essa chamada à memória histórica serve como antídoto contra a tentação restauracionista de reviver uma “civilização cristã” pura e imutável, e contra visões idealizadas da Igreja, pois Francisco advertiu contra o que chama de “monofisismo eclesiológico”, isto é, uma Igreja sem mancha nem rugas, conforme cita em sua carta (Carta sobre a Renovação dos Estudos de História da Igreja, 2024).

Em vez disso, ele propõe um retorno dialógico ao Concílio: um olhar que reconheça a fragilidade da Igreja, mas que a ame como realmente é –, aprendendo com seus erros e, assim, sendo capaz de lidar com as feridas do mundo.

O Papa Francisco defendia, com a Carta, a renovação do estudo da história da Igreja como caminho vital de conhecimento e amor real, capaz de preparar uma Igreja madura, apaixonada, humilde e solidária. Defendeu uma formação que combinasse rigor acadêmico, paixão pastoral e compromisso ético, para ajudar a Igreja de hoje a ser consciente

de seus legados – bons e ruins – e, assim, ser mais eficaz em sua missão no mundo contemporâneo.

A historiografia sobre o Papado de Francisco

O pontificado do Papa Francisco suscitou e ainda vem suscitando uma ampla gama de interpretações, que variam de leituras entusiásticas a críticas contundentes, tanto em meios eclesiais quanto acadêmicos.

Em meio a esse panorama plural, destaca-se de maneira singular a produção intelectual italiana, que oferece uma abordagem profundamente enraizada no contexto histórico, eclesiológico e político da história dos papados. Esta produção, ancorada em sólidas tradições historiográficas e filosófico-teológicas, representa não apenas uma leitura local, mas um contributo metodologicamente rigoroso e teoricamente refinado para a compreensão do atual papado.

Autores como Daniele Menozzi, Loris Zanatta, Luca Diotallevi, Massimo Faggioli, entre outros, têm oferecido interpretações que combinam criticidade histórica com atenção aos desdobramentos pastorais e doutrinários do magistério de Francisco.

No entanto, alguns elementos de ordem epistemológica e ética precisam ser levados em conta neste tipo de análise.

A filosofia crítica da história de Paul Ricoeur, desenvolvida na obra “A Memória, a história, o esquecimento” (2007), nos ajuda a ficar sempre atentos para o fato de que o passado não é uma realidade fixa, mas uma realidade que é *interpretada e representada* por meio da narrativa.

A história não é apenas uma reconstrução objetiva, mas uma forma de *representação* que é influenciada pelo tempo, pelas condições do presente e pelas escolhas éticas do historiador.

A relação do historiador, ou mesmo daquele que não é um “historiador-profissional”, que escreve uma representação do passado é complexa e mediada pela condição histórica de quem escreve. Ele está imerso no tempo presente e, ao escrever sobre o passado, traz consigo valores, conceitos e interpretações do seu próprio tempo. A história é uma narrativa construída, uma interpretação que não apenas reflete o passado, mas também o recria à luz das questões e das dinâmicas do presente. O escritor (historiador, biógrafo, cientista social, teólogo etc.), portanto, deve estar ciente de que a história não é apenas uma busca pela

verdade objetiva, mas um processo contínuo de reflexão, interpretação e reinterpretação.

Por isso, vamos apresentar algumas “representações historiográficas” seguindo a ordem do ano de sua publicação, destacando como cada obra reflete as questões, preocupações e perspectivas dominantes quando foi escrita, e como essas interpretações do pontificado de Francisco são moldadas pelas circunstâncias históricas e sociais de cada período. Essas “representações” do não são apenas relatos neutros ou objetivos, mas também expressões das percepções, preocupações e dinâmicas do tempo presente dos autores que as produzem. Cada obra, ao abordar a figura do Papa Francisco, reflete o contexto histórico, social e político em que foi escrita. As análises são moldadas pelos desafios contemporâneos, como os debates sobre a reforma da Igreja, as questões sociais urgentes e as transformações políticas globais. Assim, os autores, ao interpretar o pontificado de Francisco, não apenas descrevem os eventos, mas também os reinterpretem à luz das questões que dominam o cenário daquele tempo presente.

Os dois primeiros autores que analisamos, Luca Diotavelli, sociólogo da religião, e Massimo Faggioli, historiador da Igreja, possuem uma compreensão do papado de Francisco muito semelhante, pois o veem enquanto uma “brecha (*gap*) entre o passado e o futuro”, como um “estranho entremeio no tempo histórico” (Hannah Arendt), uma “rachadura do tempo”. Por isso é que utilizam em seus respectivos títulos as palavras “paradoxo” e “liminal”.

Para Luca Diotallevi, professor titular de Sociologia na Universidade de Roma Tre e o seu livro *Il paradosso di Papa Francesco, la secolarizzazione tra boom religioso e crisi del cristianesimo* (O Paradoxo do Papa Francisco, a secularização entre o boom religioso e a crise do Cristianismo, em tradução livre) (2019a), Francisco procurou retomar com força o processo de reforma eclesial iniciado por Paulo VI. Esse caminho adotado por Montini havia perdido intensidade e direção, até o gesto decisivo e histórico da renúncia de Bento XVI.

A problematização central do livro é: “Como é possível que o Papa tenha sucesso e a Igreja Católica esteja em crise?”

O fato aparentemente paradoxal para o autor era que naquele momento o Papa era um sucesso e a Igreja estava em dificuldade. Se retornássemos para a década de 1950, para a Igreja de Pio XII e para aquela

sociedade, problematiza Diotallevi, uma situação como a atual seria impensável. No tempo do Papa Pacelli, se o Papa fosse bem, a Igreja iria bem; se o Papa agisse mal, a Igreja agiria mal. Em outras palavras, o carro deveria andar em linha reta se o motorista estivesse bem, mas inevitavelmente derraparia se o motorista estivesse doente. “Hoje em dia isso não acontece mais. O que aconteceu?”

A divergência de destino entre as duas realidades (Papa e Igreja) exigiria da sociologia uma compreensão, segundo nosso autor, de “um fenômeno paradoxal e que nunca tinha sido enfrentado antes”, ou seja, o paradoxo mencionado no título do livro não dizia respeito à pessoa do Papa Bergoglio, mas refletia a dinâmica que estava em curso naquele momento.

Ele explica da seguinte forma. Na sociedade atual, grandes organizações têm problemas enormes. Quanto maior uma realidade social quer ser, mais ela deve ser “composta” de muitas organizações, muitas instituições, muita cultura e assim por diante, mas colocadas ali não aleatoriamente, uma ao lado da outra, em busca de vantagem própria. O Vaticano II e Paulo VI, ao aprofundarem suas raízes em toda a tradição da Igreja, e não apenas naquela dos últimos séculos, encontraram a inspiração para aceitar esse desafio. Além disso tudo, o paradoxo de Francisco, que não pode ser explicado à luz da teoria clássica da secularização. “Há necessidade de uma reflexão crítica sobre essa teoria e de uma nova compreensão do processo de secularização”, enfatiza Diotallevi.

Nos dois primeiros capítulos do livro fala-se pouco de Francisco e há uma comparação com autores e fenômenos que dizem respeito à relação entre religião e modernidade hoje. Depois do Concílio Vaticano II, a Igreja empreendeu, com Paulo VI, “um caminho de renovação profética que implicava numerosos custos, mas tinha um grande futuro”. Nos pontificados seguintes ao de Paulo VI acreditou-se que se poderiam tomar atalhos que garantissem a renovação da Igreja sem ter de pagar os elevados custos que o Concílio e o papa Montini tinham tido em conta.

A renúncia de Bento XVI ao pontificado, segundo o autor, foi “o testemunho mais sincero e credível de que o caminho dos atalhos era e é impraticável”. Diotallevi usa uma imagem sugestiva para o abandono do pontificado por Bento XVI:

O adeus de Ratzinger ao exercício do ministério petrino foi uma violação da Porta Pia em sentido inverso,⁶ no sentido de que não foram os soldados que derrubaram os bastiões e invadiram a Roma da Igreja ‘papal’, tardia e oposta à modernidade, mas foi a própria Igreja e o Papa que derrubaram por dentro os bastiões nos quais a Igreja se havia aprisionado (Diotallevi, 2019b).

Agora, porém, no tempo entre a morte de Paulo VI e a renúncia de Joseph Ratzinger e a eleição de Francisco, “a modernização avançou muito, enquanto a Igreja perdeu muita energia”, portanto, “aquela renovação que Paulo VI havia iniciado e que, por quatro décadas, foi retardado ou levado adiante apenas parcialmente, hoje Francisco precisa enfrentá-lo com uma Igreja mais pobre e mais cansada”. Diotallevi especifica que, “numa visão de fé, a renovação é sempre possível, mas, vista da perspectiva da sociologia, a tarefa de Francisco é verdadeiramente assustadora”. E acrescenta: “Sabemos o quanto Francisco se inspira em Paulo VI, o problema é se ele e a Igreja atual estão à altura deste desafio: quando o mar está mais agitado e o nadador mais cansado, tudo se torna mais difícil”.

A secularização é “um processo que continua, não para”, ressalta Diotallevi, e “Francisco está livre de qualquer nostalgia de reconquistar espaços para a Igreja, até porque, num mundo tão complexo, ninguém é capaz de conquistá-lo. A ideia de uma reconquista seria uma loucura sob qualquer ponto de vista e para qualquer pessoa”.

Na verdade, o Papa estaria numa encruzilhada. Aquele momento não era o momento da crise da religião, mas sim o momento de um “boom religioso”; portanto, o problema era que a religião que fazia sucesso era a “religião banalizada”. O paradoxo de Francisco seria uma aparência, fruto do presente “visto através de velhas ‘lentes’”. O drama de Francisco seria a encruzilhada dramática em que ele, a Igreja e o Cristianismo se encontravam.

A encruzilhada seria entre “um Cristianismo reduzido a uma religião banal ou um Cristianismo que mantém sua complexidade e sua adaptabilidade não infinita, um Cristianismo que mantém a liberdade

6. A “violação da Porta Pia” refere-se ao evento histórico conhecido como Brecha de Porta Pia, que ocorreu em 20 de setembro de 1870, quando tropas do Reino da Itália romperam as muralhas de Roma, próxima à Porta Pia, para anexar a cidade e o restante dos Estados Pontifícios ao reino. Este evento marcou o fim do poder temporal do Papa e a unificação italiana, concluindo o processo conhecido como *Risorgimento*.

e a consciência em seu centro” (Diotallevi, 2019b). Dessa perspectiva, haveria muito a reformar internamente e muito a lutar externamente.

Um exemplo, segundo Diotallevi, seria a relação entre a Santa Sé e a China.

Se reduzirmos o Cristianismo a uma religião inofensiva, também há espaço para o Cristianismo na China. Se, no entanto, não a separarmos da liberdade, da justiça e da luta por uma sociedade aberta, a relação com um regime como o chinês pode não ser de hostilidade, mas não pode ser de aceitação serena (Diotallevi, 2019b).

Perseguindo também a ideia de “tempo de entremeio”, Massimo Faggioli, historiador da Igreja, professor de teologia e estudos religiosos na estadunidense Universidade Villanova, oferece uma série de análises contextuais incisivas sobre o papado do Papa Francisco em seu *The Liminal Papacy of Pope Francis: Moving Toward Global Catholicity* (O Papado Liminal do Papa Francisco: Caminhando rumo à Catolicidade Global, em tradução livre) (2020) – uma tarefa reconhecida pelo autor como difícil, não apenas porque a agenda de Francisco ainda está em desenvolvimento, mas também porque seu predecessor, o Papa Emérito Bento XVI, continua vivo.

O autor desvenda essas e inúmeras outras complexidades por meio da chave hermenêutica da “liminaridade” como o “aspecto central do pontífice”, enquadrado tanto geograficamente (como quem traça “um novo mapa do mundo global”) quanto historicamente (como quem “reconecta a Igreja e a tradição de uma forma não tradicionalista”).

Pesquisadores interessados no estudo acadêmico do catolicismo contemporâneo encontrarão grande valor na forma como o autor interpreta os primeiros anos do papado de Francisco por meio desses enquadramentos. Como estudioso de teologia e ciências da religião, Faggioli está, ao mesmo tempo, imerso no catolicismo europeu, intimamente envolvido com a religio-política dos Estados Unidos (como evidenciado recentemente em sua obra sobre o catolicismo e a presidência de Biden), e moldado por ideias enraizadas tanto na missão católica quanto na reforma. Faggioli, portanto, ocupa seu próprio espaço liminar a partir do qual articula o significado do pontificado de Francisco.

O *Papado Liminal* situa Francisco, de forma convincente, em dois limiares importantes: passado-presente e periferia-centro (com muitos outros incluídos nesses). Em relação ao primeiro limiar, Faggioli

ênfata de forma convincente a continuidade da missão de Francisco com as tradições passadas de liderança e ensino católicos, a fim de enfrentar as realidades do presente. Por exemplo, ao construir o perfil de Francisco como um “católico global”, são traçados vários “pontos de convergência” com o papado de João XXIII (1958–1963), incluindo a forma como *Pacem in Terris* (encíclica de 1963) e *Evangelii Gaudium* (exortação de 2013) funcionam para libertar a Igreja do “alinhamento geopolítico e ideológico” com o Ocidente (p. 41). Significativamente, essa expressão de “catolicismo institucional e missionário no mundo global” é entendida não apenas em continuidade com o Concílio Vaticano II, mas também “ecoando o consenso dentro da eclesiologia católica” para reviver o papel global do papado estabelecido no primeiro milênio da Era Comum (p. 102).

Nesse ponto, leitores não familiarizados com a intensidade dos conflitos religiosos internos podem se surpreender com o contraste explícito feito pelo autor entre Francisco e seu predecessor Bento XVI, que “repetidamente deixou claro a necessidade de uma conexão teológica e geopolítica entre o catolicismo e o Ocidente” (p. 111). Em um meio acadêmico que muitas vezes assume instituições religiosas como monolíticas mais do que como arenas de contestação interna, as fissuras destacadas por Faggioli são analiticamente produtivas para compreender as dinâmicas atuais da tradição religiosa no catolicismo contemporâneo.

A defesa de Francisco por processos formativos centrados no global em vez do ocidental informa o segundo limiar de periferia-centro. Por exemplo, Faggioli descreve a exortação apostólica *Amoris Laetitia* (que trata do cuidado pastoral das famílias) como um “ponto de inflexão” no papado de Francisco (p. 17), não apenas porque destaca a resposta evolutiva da Igreja à complexidade dos relacionamentos no mundo moderno, mas também porque atrai críticas públicas de cliques opositores estabelecidos no Ocidente e tem importância relativa em comparação com outros ensinamentos, como *Laudato si'* (que trata da crise das mudanças climáticas), dependendo de onde as igrejas estão localizadas em relação à “tradição cultural, bem como às diferentes latitudes e longitudes no mapa-múndi” (p. 21). O que está em jogo vai além de disputas sobre a ênfase interpretativa, envolvendo questões de governança ou, mais precisamente, trajetórias de governança. Nesse sentido, a sequência do capítulo 4, que trata da eclesiologia da globalização de

Francisco (p. 101–128), seguida por uma consideração sobre a reforma da governança no capítulo 5 (p. 129–154), é intencional e se torna uma extensão necessária da “desocidentalização da recepção do Vaticano II... que chegou a Roma com o Papa Francisco” (p. 100).

Esse relato dinâmico, embora por vezes desnecessariamente partidário, apresenta um retrato vigoroso das revoluções em andamento dentro do catolicismo global. O risco para Faggioli é que as virtudes declaradas da era Francisco tenham sido proclamadas com tanta força nos estágios relativamente iniciais do pontificado, diante dos quais o passar do tempo inevitavelmente trará resultados mistos. Apesar dessa limitação, o engajamento detalhado do autor com a história e a religio-política nos lembra da importância duradoura da Igreja Católica como um ator no mundo contemporâneo. O livro conclui com uma descrição útil em seis partes da atividade internacional da Igreja para o futuro (p. 157-179). Para um número crescente de estudiosos interessados em geoestratégias católicas, este pode ser o ponto de partida preferido para leitura e discussão.

Com seu “horizonte de expectativas” calcada numa Igreja que possa ainda atrair as pessoas, Daniele Menozzi, um dos mais importantes historiadores italianos, professor emérito da *Scuola Normale Superiore* de Pisa, analisa, em *Il papato di Francesco in prospettiva storica* (O papado de Francisco em perspectiva histórica, em tradução livre) (2023), uma contribuição preciosa para a compreensão da atuação do Papa Francisco.

Menozzi evidencia – por meio de uma análise sustentada por profundo conhecimento dos textos e verificações detalhadas – a marca distintiva de Francisco: o empenho em redefinir a presença da Igreja, restituindo ao catolicismo sua capacidade de atração por meio da proposta da misericórdia como núcleo autêntico da mensagem evangélica.

Em comparação com seus predecessores que, embora com diferentes ênfases, perseguiram um projeto inspirado por uma lógica de Neocristandade, cujo pilar consistia na doutrina da Lei Natural custodiada pela Igreja, Bergoglio, sobretudo com a *Evangelii gaudium*, em sintonia com João XXIII, propôs uma leitura dos “sinais dos tempos” – que não se confunde com o “espírito do tempo” (*Zeitgeist*) – à luz da qual não se trata de viver a história por meio de esquemas culturais do passado, mas de ativar um processo que, a partir do incessante vir-a-ser dos acontecimentos humanos, permita reformular a tradição, por meio de uma inteligência do Evangelho, uma verdadeira “conversão intelec-

tual”, uma *metanoia* voltada a comunicá-lo em termos que correspondam às necessidades dos homens de hoje.

Como escreveu Francisco, “dar prioridade ao tempo [...] do que em possuir espaços”, resultaria numa hierarquia diferente das verdades evangélicas, segundo a qual, sem remover os “princípios não negociáveis”, devia-se colocar em primeiro plano o Evangelho da misericórdia e do perdão, anunciados por uma Igreja na qual “todos possam sentir-se acolhidos, perdoados, e, portanto, encorajados a viver segundo a vida boa do Evangelho”. Uma Igreja que deveria ir ao encontro de sua renovação por meio da valorização da colegialidade episcopal, do papel do laicato e da adoção da pobreza como sinal e como forma, “uma Igreja pobre para os pobres”, indo além da “opção preferencial pelos pobres”.

Esse é o fulcro da interpretação apresentada por Menozzi. O estudioso escreve páginas muito perspicazes sobre a relação entre Francisco e o Concílio Vaticano II – a irreversibilidade da reforma litúrgica e do conjunto do Concílio –, sobre as raízes de sua espiritualidade – o valor exemplar, para sua formação, da figura de Pedro Fabro, companheiro de Inácio de Loyola, “o santo padroeiro da virtude da inquietação” –, sobre a encíclica *Laudato si'*, com algumas passagens que fazem pensar literalmente em Alexander Langer, suas teorizações e batalhas, especialmente no que diz respeito à interpretação bergogliana de Gênesis 2,10 segundo a qual “cultivar e guardar a Criação” significa preservar, proteger, vigiar, conservar; a crítica a um “antropocentrismo desviado” e a conexão entre questão ecológica e questão político-social; sobre a ideia de povo cultivada pelo Papa, totalmente alheia ao populismo organicista, identitário, excludente que politiza o sagrado e sacraliza a política.

Aqui, o estudioso retoma e desenvolve um ensaio, publicado em *Il Regno*, no qual oferece argumentos que refutam a tese de Loris Zanatta, que apresentaremos logo abaixo, segundo a qual Bergoglio se inscreve naquele “populismo jesuíta” dos Perón, Fidel Castro e Chávez, que cultivava uma visão holística do povo e enxerga a modernidade como fenômeno corruptor.

Em sua análise, Menozzi insiste também na crítica ao eclesiocentrismo e ao clericalismo, não apenas como uma “tentação” que se traduz em integrismo, sede de poder, marginalização do laicato, ou como uma anomalia eclesial, mas como uma verdadeira “perversão da Igreja”, por ser “omissão da misericórdia”.

Do mesmo modo, dedica atenção à batalha conduzida por Francisco contra a pedofilia na instituição eclesiástica, uma “vergonha” a ser considerada um crime contra a pessoa e não apenas um delito contra a moral, bem como à pastoral acolhedora em relação aos casais homossexuais.

Por fim, o fôlego planetário do magistério papal, o empenho pela purificação da memória da Igreja, o diálogo com o Islã na esteira do Pobrezinho de Assis e a defesa do imperativo evangélico da não-violência ativa, em substituição à teoria da guerra santa e da guerra justa – o conflito armado dentro de limites éticos bem definidos e sua moralização, a proporcionalidade entre meios e fins segundo uma linha que remonta ao jusnaturalismo de Hugo Grócio, ao seu *De iure belli ac pacis* – diante da tragédia ucraniana.

No conjunto de “representações do passado” do Papa Francisco não poderiam faltar as “biografias” entendidas aqui enquanto uma “contribuição individual para o desenvolvimento histórico, desenvolvimento não no sentido de uma melhora, mas de uma realização histórica” (Loriga, 2011).

Desde 2013, muitos livros sobre a vida do Papa Francisco foram escritos em diferentes línguas. Muitos autores elogiaram o Papa Francisco e suas prioridades; outros adotaram uma visão mais crítica.

No entanto, em 2024, foi o próprio Papa, em colaboração com o jornalista e vaticanista italiano Fabio Marchese Ragona, que ofereceu uma espécie de “autobiografia histórica”.

Ragona explica que *Life: My Story Through History: An Autobiography of the Life and Legacy of Pope Francis* (“Vida: minha história através da História: uma autobiografia da vida e do legado do Papa Francisco”, em tradução livre) (2024) nasceu com o objetivo de “narrar a história através da história de uma pessoa”: os eventos mais significativos do século XX e das primeiras décadas do século XXI na voz de uma testemunha especial, o Papa Francisco, que olhou para trás em sua própria vida através dos eventos que deixaram marcas na história da humanidade.

De fato, a contribuição de Ragona é marcadamente diferente de tudo o que já se tinha feito. Ele identifica momentos significativos da história e convida o Papa Francisco a refletir sobre eles, o que dá aos leitores uma poderosa sensação de entrada em seus pensamentos interiores ao longo das décadas. Ele explica:

A própria voz do pontífice, em suas memórias, alterna em cada capítulo com a de um narrador, que reconstrói momentos selecionados da vida cotidiana do futuro Papa Francisco, adicionando alguns detalhes sugestivos do período para definir o cenário histórico e contextualizar as palavras deste último (James, 2024]

É muito bom interessante acompanhar a memória sobre a infância do Papa Francisco, porque, como acontece com qualquer tema de uma biografia, é particularmente esclarecedor. Em um trecho, Bergoglio conta como sua mãe explodiu em fúria sobre a maldade de Adolf Hitler. Esta lembrança prepara o cenário para o Papa refletir, 80 anos depois, que ele “nunca se conformou” com a agenda nazista, que “sempre me causou dor interior”.

E assim continua, em estilo semelhante: narração e reflexão, da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto a Hiroshima e à Guerra Fria; através dos pousos na Lua, da história política argentina, da queda do Muro de Berlim e da criação da União Europeia. O capítulo intitulado “A Mão de Deus” é interessantíssimo sobre o polêmico gol de Diego Maradona contra a Inglaterra em 1986. Anos depois, quando Maradona visitou o Vaticano, o pontífice fã de futebol lembra que não conseguiu resistir a uma travessura: “Perguntei a ele, brincando: ‘Então, qual é a mão culpada?’”

Esta é uma das muitas *cenas* cativantes do livro, mas o Papa Francisco não perde a oportunidade de terminar com uma nota séria: “O esporte pode dar aos jovens em circunstâncias difíceis uma válvula de escape que os ajuda a superar a tensão, mandando-os para fora para uma boa partida de futebol” (James, 2024). A história de Maradona rapidamente se desenvolve em uma exposição sobre os desafios que o esporte enfrenta hoje:

É verdade que hoje em dia existem aspectos mais comerciais no esporte competitivo e profissional, como patrocinadores, mas isso não é ruim se feito com moderação e ética. O importante é que a lógica perversa do dinheiro, que nada tem a ver com o espírito esportivo, não prevaleça (James, 2024).

O Papa Francisco passa então para os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 – certamente o momento Kennedy daquela geração – antes de falar sobre a crise financeira que se seguiu. Em seguida, vem a renúncia de Bento XVI e sua própria eleição à Sé de Pedro. A partir

daí, surge uma ligeira mudança de rumo, e os capítulos finais são talvez os mais interessantes de todos.

O Papa Bento XVI aproveitou a oportunidade para afirmar sua promessa de reverência incondicional e obediência ao novo papa... sua posição como papa emérito foi explorada para fins ideológicos e políticos por pessoas inescrupulosas... que podem ter priorizado seus próprios interesses e protegido seu território, enquanto subestimaram o risco de uma divisão dramática dentro da Igreja (James, 2024).

Mais tarde, o Papa Francisco critica aqueles que “criam maus sentimentos dentro da Igreja e desorientação entre os fiéis”, e recorre ao habitual *adversário*, o “clericalismo”, que, segundo ele, cria distância entre os padres e o povo.

Essas atitudes afastaram os fiéis. Portanto, é importante preservar e promover a fé, aproximando-nos das pessoas, deixando nossos bordados, babados e punhos de renda no armário e concentrando-nos, em vez disso, na mensagem cristã de compaixão e proximidade (James, 2024).

Paralelamente a isso, porém, há uma série de esclarecimentos importantes. A ideia de que freiras e outros leigos possam ter direito a voto no próximo conclave seria uma “fantasia”. Sobre a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo: “Não temos o poder de mudar os sacramentos criados pelo Senhor. O casamento é um dos sete sacramentos e prevê apenas a união de um homem e uma mulher. Deixemos isso como está” (James, 2024). O Papa Francisco também cita sua própria *Amoris laetitia*: “não há absolutamente nenhuma base para considerar as uniões homossexuais como sendo de alguma forma semelhantes ou remotamente análogas ao plano de Deus para o casamento e a família” (James, 2024). Ele acredita que “o ministério do papa é *ad vitam*, para a vida, e, portanto, não vejo justificativa para renunciá-lo”.

Sua última frase no livro diz muito: “Peço-lhe isto: por favor, não se esqueça de rezar por mim! A favor, não contra!” Um momento de total lucidez e autoconsciência, enquanto seu papado começava a entrar em sua fase final.

A última obra que queremos apresentar é do historiador Loris Zanatta, professor de História Latino-Americana na Universidade de Bolonha, tendo trinta anos de conhecimento da história religiosa argentina.

O novíssimo livro *Bergoglio. Una Biografia Politica* (2025) é uma obra polêmica, pois apresenta fortes reservas quanto às posições do Papa

de um ponto de vista secular e liberal. Em um sentido muito diverso do que se tem sobre o papado de Francisco, a tese central de Zanatta é de que a “revolução” de Francisco foi, na verdade, um *salto para trás* em direção a uma Igreja antimoderna, inspirada na cultura peronista argentina.

Zanatta faz uma excursão bem documentada sobre a vida e os pensamentos do pontífice argentino, inteiramente baseada nos escritos do Papa e em testemunhos diretos daqueles que o conheceram na Argentina e na América do Sul antes de sua eleição ao trono de Pedro: “A sua história política é inseparável da sua história intelectual. Daí a centralidade da conexão entre ideias e ações, palavras e fatos” (Campioni, 2025).

O volume está dividido em cinco capítulos, cada um dedicado a uma fase da vida do atual pontífice: a) O Mundo de Bergoglio, 1936-1973; b) O Provincial, 1973-1983; c) Morto e Ressuscitado, 1983-2001; d) O Caudillo, 2001-2013; e) Papa Francisco.

Segundo ele, a maioria das biografias do Papa foram escritas olhando para trás. Muitos estudiosos correram para Buenos Aires em março de 2013 para tentar entender de onde veio Jorge Mario Bergoglio. Ele, por outro lado, fez um caminho metodológico inverso, começou do passado para o presente.

Na maioria das biografias, Francisco é apresentado como alguém que foi capaz de dialogar com a modernidade; um pontífice aberto, tolerante e progressista. Esse tipo de interpretação do pontífice é grande no mundo ocidental, mas não no Sul do mundo, onde, segundo o autor, sua defesa das culturas tradicionais é total e reproduz o que ele promoveu ao longo de sua vida na Argentina: a identificação entre cultura e religião e entre religião e povo, com a consequente visão do povo como unidade política.

Bergoglio, ao contrário de seus antecessores, não provém do Cristianismo europeu que, bem ou mal, voluntariamente ou não, acabou por aceitar a modernidade, convivendo com ela e, portanto, reconhecendo seu pluralismo intrínseco. Ele vem de um cristianismo, o hispânico, e dentro do hispânico especialmente o argentino, que sempre aspirou ser tudo, ou seja, conquistar tudo e todos os povos. O seu catolicismo é um catolicismo que, desde suas origens, luta contra a modernidade iluminista, liberal, laica e não lhe reconhece a dignidade.

O Papa Ratzinger argumentou que o Iluminismo tinha feito uma contribuição fundamental para a civilização europeia, que a civilização europeia foi feita de cristianismo, mas também de Iluminismo. Bergoglio, por outro lado – e isso é verdadeiramente típico da tradição católica hispânica e argentina, em particular –, lutou contra o Iluminismo e a modernidade liberal durante toda a sua vida, pensando que era uma forma de cristianismo inconsciente. Daí o grande mal-entendido sobre sua figura.

No livro, Zanatta insiste muito na interpretação da realidade que Bergoglio fazia, que era muito tradicional: a ideia, a filosofia segundo a qual a história é apocalipse e redenção. O apocalipse é o Ocidente egoísta, individualista e materialista, que levou o mundo ao erro. Todo *ismo* possível e imaginável foi espalhado pelo Ocidente. Mas o próprio apocalipse anuncia a redenção. E a redenção – na filosofia da história de Bergoglio – só pode vir da periferia. Não apenas do Ocidente: da periferia do planeta. A ideia dele é que os povos do Sul do mundo ainda conservam aquela religiosidade, aquela conexão com o sobrenatural que o Ocidente perdeu. O Sul teria, portanto, que redimir o Norte. Que era uma projeção, em nível global, do que o Papa fez durante toda a sua vida na Argentina, pensando no povo como um povo de evangelização, portanto puro, espontâneo, ideal. Um povo idealizado que tinha a função de redimir as elites que, ao contrário, imbuídas de ideais liberais e iluministas, estavam irremediavelmente corruptas. Além disso, esse era, na opinião do papa, também o papel do peronismo.

Considerações Finais

Ao longo desta reflexão sobre o pontificado de Francisco, ficou evidente que sua liderança eclesial não pode ser compreendida fora da densidade histórica e da complexidade teológica que envolvem o catolicismo contemporâneo.

Sua figura foi marcada por uma profunda fidelidade ao espírito do Concílio Vaticano II, com o qual dialogou não apenas como evento passado, mas como horizonte inacabado de reforma eclesial. Francisco não propôs uma ruptura, mas uma atualização (*aggiornamento*) que se entrelaçou com a *refontização*, isto é, o retorno às fontes do Cristianismo – um movimento que, longe de ser nostálgico, buscou reavivar

práticas e sentidos originários da fé, especialmente a sinodalidade e a escuta dos pobres.

Entre os eixos que estruturaram sua atuação, destacaram-se a valorização dos sinais dos tempos, a recuperação do povo de Deus como sujeito eclesial, a centralidade da misericórdia como chave hermenêutica do agir pastoral e o enfrentamento das estruturas clericalistas. Sua “opção preferencial pelos últimos”, pelo diálogo ecumênico e inter-religioso, e sua leitura crítica de uma economia excludente revelaram um papado sensível às dores do mundo. Mas isso não se deu sem tensões – houve resistências internas, polarizações e mal-entendidos, inclusive entre aqueles que, paradoxalmente, desejavam salvaguardar a tradição, muitas vezes às custas do próprio Evangelho.

A análise historiográfica das obras que abordaram o pontificado de Francisco demonstrou que não há leitura neutra da história. Cada obra carregava em si as marcas do tempo em que foi escrita, suas inquietações e esperanças. Como nos lembrou Hannah Arendt, pensar historicamente é situar-se *entre tempos*, reconhecer-se como alguém que, no presente, olha para o passado e tenta abrir brechas de sentido para o futuro. Foi exatamente nesse *entre-lugar* que o Papa Francisco se posicionou: como figura histórica que acolheu a tradição e, ao mesmo tempo, impulsionou a Igreja rumo a novas configurações, mais coerentes com o Evangelho e mais abertas ao mundo.

O futuro da Igreja Católica, à luz de seu legado, não está traçado em linhas retas. Ele seguirá sendo tecido no cotidiano das comunidades, nas decisões sinodais, nos testemunhos silenciosos e nas reformas possíveis. O desafio permanece: escutar, discernir e caminhar juntos. Mais do que um programa de governo, Francisco deixou um chamado à conversão pastoral e missionária, onde o tempo – mais do que o espaço – sirva como critério fundamental da ação eclesial.

Referências

A) *Documentos do Papa Francisco*:

FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium* (2013)

FRANCISCO, Papa. *Laudato Si'* (2015)

FRANCISCO, Papa. *Amoris Laetitia* (2016)

FRANCISCO, Papa. *Fratelli Tutti* (2020)

FRANCISCO, Papa. *Carta Apostólica em forma de “motu próprio” do sumo pontífice Francisco “magnum principium” com a qual modificou o cân. 838 do código de direito canônico*. Roma, 03 de setembro de 2017. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu-proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio_20170903_magnum-principium.html. Acesso em: 31 jul. 2025.

FRANCISCO, Papa. *Carta do Papa Francisco sobre a renovação do estudo da história da igreja*. Roma, 21 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2024/documents/20241121-lettera-storia-chiesa.html>. Acesso em: 01 jul. 2025.

FRANCISCO, Papa. *Discurso do Santo Padre Francisco. Comemoração do cinquentenário da instituição do sínodo dos bispos*. Roma, 17 de outubro de 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html. Acesso em: 05 jul. 2025.

B. Artigos e Livros:

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CAMPIONE, D. Perché il Bergoglio progressista è solo un equivoco dell'Europa. *Corriere del Ticino*, Lugano, 8 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cdt.ch/news/perche-il-bergoglio-progressista-e-solo-un-equivoco-delleuropa-387338>. Acesso em: 12 jul. 2025.

DIOTALLEVI, L. *Il paradosso di Papa Francesco*, la secolarizzazione tra boom religioso e crisi del cristianesimo. Roma: Rubettino, 2019a.

DIOTALLEVI, L. *Bergoglio quer modernizar a Igreja e se inspira em Paulo VI*. Entrevista a Giacomo Galeazzi. *La Stampa – Vatican Insider*, 21 mar. 2019b. Disponível em: <https://www.lastampa.it/vatican-insider/it/2019/03/21/news/luca-diotallevi-bergoglio-vuole-modernizzare-la-chiesa-e-si-ispira-a-paolo-vi-1.33689438>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FAGGIOLI, M. *The Liminal Papacy of Pope Francis: Moving Toward Global Catholicity*. New York: Maryknoll; Orbis Books, 2020.

FRANCIS, Pope; RAGONA, F.M. *Life: My Story Through History: An Autobiography of the Life and Legacy of Pope Francis*. New York: Harper One, 2024.

LORIGA, S. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MENOZZI, D. *Il papato di Francesco in prospettiva storica*. Brescia: Morcelliana, 2023.

MENOZZI, D. *A Igreja Católica e a secularização*. São Paulo: Paulinas, 1998.

OTTAVIANI, E.S.; AMARAL, E. de A. O Papa Francisco: um leitor aplicado no discernimento dos sinais dos tempos. *Revista Caminhos*, v. 22, n. 1, p. 8-22, jan./abr., 2024.

PIMENTEL, Á.M. O Tempo é superior ao espaço: o princípio das mudanças sociais e eclesiais, no magistério de Francisco. *Revista Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 3, p. 683-701, set./dez. 2022.

REPOLE, R. *Il sogno di una Chiesa evangelica – L'ecclesiologia di papa Francesco*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2017.

RICOEUR, P. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2017.

JAMES, S. Pope Francis's latest book: reflections on history and moments of clarity. *The Catholic Herald*, 25 maio 2024. Disponível em: <https://thecatholicherald.com/article/pope-franciss-latest-book-reflections-on-history-and-moments-of-clarity>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ZANATTA, L. *Bergoglio*. Una biografia politica. Roma: Laterza, 2025.

Artigo recebido em: 31 jul. 2025

Aprovado em: 04 dez. 2025